

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
LETRAS – PORTUGUÊS DO BRASIL COMO SEGUNDA LÍNGUA

MARIANA SANTOS

LEITURA E ESCRITA ACADÊMICA
A atuação do professor de PBSL no ensino de estudantes surdos

BRASÍLIA – DF

2022/1

MARIANA DE SOUZA SANTOS

LEITURA E ESCRITA ACADÊMICA

A atuação do professor de PBSL no ensino de estudantes surdos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Projeto de Curso: Elaboração de Multimeios, integrante do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como pré-requisito para obtenção do título em graduação.

Orientadora: Cristiane Nascimento

BRASÍLIA

2022

LEITURA E ESCRITA ACADÊMICA

A atuação do professor de PBSL no ensino de estudantes surdos

Mariana Santos¹

RESUMO: O presente trabalho apresenta e discute a necessidade do profissional adequado para o ensino de Segunda Língua (L2) para estudantes surdos – que na grande maioria das escolas ainda é empregado com processos teóricos-metodológicos pautados no ensino-aprendizagem de pessoas ouvintes. A análise da escrita dos três graduandos surdos da Universidade de Brasília, e a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), assim como do curso de Letras – Língua Portuguesa tem por objetivo contrastar os profissionais e evidenciar a importância do profissional condizente com o processo de ensino necessário para os estudantes surdos. Ao final do estudo será possível identificar as especificidades da escrita do estudante surdo e a formação docente do profissional adequado ao ensino de L2, trazendo para a comunidade acadêmica novas reflexões acerca do ensino de L2 para surdos.

PALAVRAS-CHAVE: L2; surdos; formação docente.

ABSTRACT: This paper presents and discusses the need for the appropriate professional for teaching Second Language (L2) to deaf students – which in most schools is still employed with theoretical-methodological processes based on teaching-learning for listeners. The analysis of the writing of the three deaf students of the Universidade de Brasília, and the analysis of the Projeto Pedagógico do Curso (PPC) of the course of Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), as well as the course of Letras – Língua Portuguesa has the objective of contrasting the professionals and highlighting the importance of the professional consistent with the teaching process required for deaf students. At the end of the study, it will be possible to identify the specificities of the deaf student's writing and the qualification of the professional suitable for teaching L2, bringing to the academic community new reflections about the teaching of L2 for the deaf.

KEYWORDS: L2; deaf; teacher training.

¹ Graduanda de PBSL pela Universidade de Brasília | santoriana96@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pessoa surda cresce em ambientes diversos, com práticas de ensino e metodologias que não deveriam ser aplicadas a ela. Mesmo a educação sendo um direito básico e assegurado pela Constituição Federal de 1988, o ensino de Libras como primeira língua e a necessidade de um currículo e profissionais que atendessem a demanda dos alunos surdos de acordo com suas necessidades metodológicas só passou a integralizar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB no ano de 2021. Em decorrência disto, a pessoa surda cresceu desde a educação básica até o ensino superior sem metodologias adequadas para atendê-las de forma correta e que as ajudassem no seu desenvolvimento, principalmente ao que diz respeito a leitura e escrita acadêmica. Vivemos em um mundo oralizado e, com isso, passa-se despercebido o mundo visual, mundo este que precisa de práticas pedagógicas diferentes daquelas aplicadas aos ouvintes. Muitos professores do ensino regular desconhecem a pessoa e a cultura surda pois não têm em suas grades curriculares disciplinas que atendam essas especificidades com as metodologias corretas.

O trabalho que aqui se apresentará tem por objetivo defender a importância do profissional de Segunda Língua (L2), neste trabalho o profissional de Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), no ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa para estudantes surdos, será realizado em duas etapas.

Para a primeira etapa, serão utilizados trechos da escrita de estudantes surdos da Universidade de Brasília para apresentar as características de sua escrita e justificar a necessidade do ensino do Português escrito como L2, feito pelo profissional adequado. Na segunda etapa, será analisado o documento Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de PBSL e do curso de Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura, referente ao ano de 2014, juntamente com a BNC-Formação de 2019, para diferenciar estes profissionais no que se refere ao ensino de L2.

Em suma, este trabalho busca defender a importância do profissional de PBSL no processo de ensino, apresentando ao leitor aspectos legais que respaldam o profissional habilitado, visando também colaborar e fomentar a discussão sobre o ensino de L2 para Surdos.

2 Letramento, língua e surdez

O letramento é por vezes confundido com a alfabetização, quando não, considerado um sinônimo para o processo de ler e escrever. Ler e escrever por vezes é interpretado como prática

correspondente e suficiente para integrar um indivíduo à sociedade e não o considerar como analfabeto, o que vem a ser um pensamento tendencioso.

Ser alfabetizado implica que uma pessoa sabe fazer uso da tecnologia da escrita, sabe decodificar as letras e lê-las como palavras, no entanto, é importante diferenciar e apontar que alfabetização e letramento são conceitos distintos mesmo que advindos do mesmo processo. Ambos são pautados de forma imprescindível na aquisição de uma língua, seja ela oral ou espaço-visual. Como define Magda Soares (1998, p.36-37) o letramento “é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita”, Soares ainda diz que ao tornar-se letrado a relação com a cultura e condição social muda “não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu *lugar* social, seu *modo de viver* na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com um contexto, com os bens culturais torna-se diferente.

O letramento é, portanto, a habilidade de ler, escrever e interpretar o objeto advindo do processo de alfabetização de acordo com as práticas sociais em que o contexto social e/ou cultural pede. O letramento diferente da alfabetização é o que possibilita a inserção do indivíduo em qualquer ambiente. A leitura e escrita acadêmica está inserida no letramento científico, letramento importante para a jornada na academia pois é este letramento que acompanha o discente no seu percurso de graduando.

A língua é constituinte do homem, é o que o constrói e define sua identidade. Para fazer parte de um grupo social, se reconhecer e construir identidade é fundamental o uso da língua como prática integradora. A língua é um conjunto de símbolos, e, é através deste conjunto de símbolos que expressamos ideias e sentimentos, por meio desses símbolos somos capazes de interagir e cooperar. A interação social traz consigo a noção de pertencimento, sendo o pertencer essencial ao ser humano como postula o filósofo Roger Scruton:

A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo - como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (SCRUTON, 1986 apud HALL, 1987)

As línguas orais têm por comum duas formas de expressão: a fala e a escrita. Uma não anula a outra no constructo de integralização do sujeito à sociedade, mas uma dessas modalidades é responsável pela exclusão do sujeito dentro da sociedade. Veja-se os sujeitos analfabetos que têm sua identidade – entendemos identidade como “‘celebração móvel’ formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados

ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” Hall (1987) – construída a partir da modalidade oral da língua, mas ao não ter a modalidade escrita encontra-se à margem da sociedade em relação ao cotidiano brasileiro, porém, sua identidade está garantida e assegurada diferentemente da do sujeito surdo.

O Surdo já é excluído da sociedade brasileira por não desenvolver habilidade oral dentro das normas linguísticas e não ter recursos que o incluam na sociedade, para eles sua identidade está na cultura surda, na comunidade surda, e para que eles utilizem dos recursos de um mundo ouvintista² é necessário que possuam a L2 na modalidade escrita da Língua Portuguesa.

O sujeito surdo além da sua história e sinalização tem sua identidade marcada pela concepção de mundo por meio visual. Além da experiência visual, é a identificação com os aspectos culturais da língua, hábitos, piadas, crenças etc., que determina a identidade surda, como postulado por Strobel (2009, p.5) “O povo surdo é grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão”, desta forma, é possível que um indivíduo não-ouvinte não se denomine Surdo.

2.1 O Surdo e a academia

No que tange a educação, durante anos, no Brasil, o estudante surdo não tinha amparo para o ensino-aprendizagem da L2. São pessoas que só tiveram seus direitos assegurados em meados de 2005 com o decreto que regulamenta e reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão do agente surdo. Antes disso, o surdo não exercia sua cidadania plena pois estava submerso numa cultura e num mundo ouvintista em que não se era pensada a educação para esses participantes. O aluno surdo exposto a uma metodologia de Primeira Língua (L1), uma metodologia que não é voltada para ele, não conseguia se desenvolver, o que acarretava num desincentivo a educação superior.

O ingresso do Surdo no ensino superior, hoje em dia, dá-se por meio de políticas linguísticas e inclusivas. São políticas essas que asseguram e incentivam a entrada e a permanência do estudante surdo na educação superior.

A partir da lei 10.436/2002, que assegura a Libras como forma de comunicação e a reconhece como língua e fomenta também políticas públicas, como destaca em seu art. 4º:

² conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte (SKLIAR, 1998, p. 15)

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002)

E em junção com o decreto 5.626/2005 que não apenas regulamenta a lei 10.436/2002, mas também reconhece e caracteriza o sujeito surdo em seu 2º artigo em que diz que “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras”. A educação superior para o surdo, no Brasil, começa a ter destaque.

O Surdo é plenamente reconhecido como alguém que não possui uma deficiência, mas sim alguém que reconhece e se conecta com o mundo de outra forma. Não é a surdez como ponto de partida clínico e deficitário, mas a surdez de um ponto de vista social e identitário que desperta a necessidade de metodologias adequadas ao público-alvo.

a concepção do sujeito, a imagem de Homem, a construção social da pessoa, etc., desenvolvem-se em linhas opostas ao contrastar a versão incompleta de sujeito que oferece o modelo clínico-terapêutico e a versão de diversidade que oferece – ou melhor, que deveria oferecer – o modelo sócio-antropológico da educação. (SKLIAR, 1999, p. 11)

O decreto ainda direciona políticas públicas no que concerne diretamente a educação dos surdos como a determinação da disciplina de Libras Básico com caráter obrigatório na grade curricular, na disposição da formação de professores e instrutores em Libras, formação de tradutor e intérprete, garantia ao direito do intérprete em sala de aula, e outros.

No tocante ao curso de PBSL, o decreto está diretamente relacionado ao profissional de L2 no ensino da modalidade escrita do português para pessoas surdas, uma vez que há um capítulo inteiro sobre a difusão da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação. Abaixo, CAPÍTULO IV, § 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

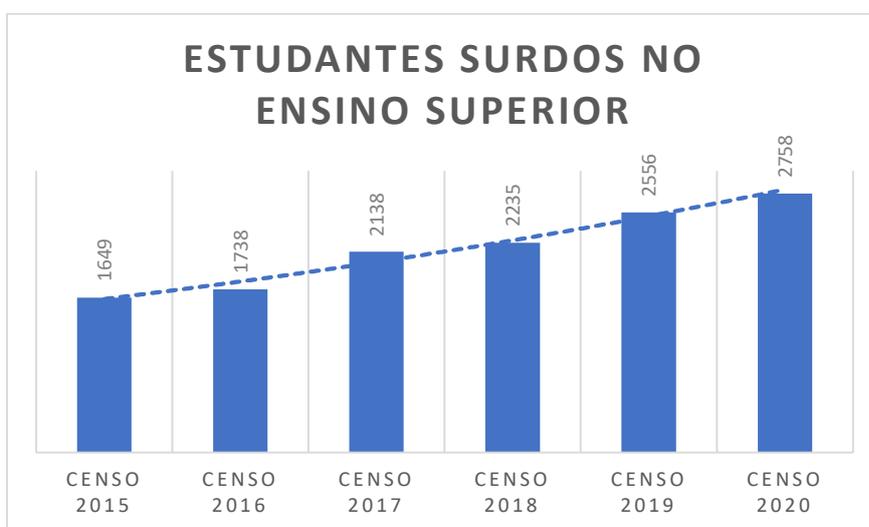
c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e

d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos; (BRASIL, 2005)

O decreto 5.626/2005 é de grande importância, pois, regulamenta a lei 10.436/2002 reconhecendo, sobretudo, a Libras como língua e não como linguagem, além de destacar o sujeito surdo. É de grande importância também no que se refere à educação pois traz uma sequência asseguradora para o ensino e permanência do surdo na educação, sendo também o decreto que define diretrizes pensadas na execução do artigo 18, da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, da Lei 10098/2000.

Quanto aos números dos estudantes surdos nas Instituições de Ensino Superior (IES), de acordo com a Secretaria Especial de Educação (SEESP)/Ministério da Educação (MEC), em 2003, apenas 665 estudantes (com deficiência auditiva) frequentavam a universidade. Em 2005, esse número aumentou para 2.428. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável também por promover avaliações sobre a educação, desde 2015 faz o levantamento por meio da declaração de surdez ou de deficiente auditivo, por isso, o gráfico que apresentarei abaixo, foi elaborado considerando apenas os estudantes declarados Surdos das IES.

Gráfico 1 – Estudantes Surdos matriculados em Instituições de Ensino Superior



Fonte: autora

O último censo do INEP (2020) aponta que há 7.290 estudantes declarados como deficientes auditivos e 2.758 estudantes declarados surdos. Se fizemos um cálculo, somando os números citados apenas para destacar o aumento dos ingressantes no ensino superior, teríamos um crescimento de 313% dos alunos em comparação com os dados do MEC em 2006.

Em síntese podemos dizer que se junta às políticas linguísticas e inclusivas não apenas a difusão da Libras e manutenção de cursos superiores em Letras – Libras e/ou cursos que constroem profissionais adequados no ensino de L2, como o PBSL, mas também os

movimentos políticos e militantes da comunidade surda que defendem e lutam pela pedagogia e currículo surdo.

2.2 Análise de dados: O que caracteriza a escrita do estudante Surdo

Antes de mais nada é importante destacar, sempre, que a pessoa surda tem uma língua diferente de um ouvinte, a Libras é uma língua com uma estrutura linguística diferente da Língua Portuguesa, por isso, não se pode comparar as duas ou exigir que a pessoa surda faça o uso da escrita da mesma forma que um ouvinte. A Libras não é uma representação da Língua Portuguesa, essas duas se diferem não apenas em estrutura, classes gramáticas e organização sintática, mas em signos linguísticos também. As propriedades formais de ambas são idênticas embora empreguem, como observam Petitto e Bellugi em Sacks, 2010, tipos diferentes de signos, diferentes tipos de informações, diferentes sistemas sensoriais, diferentes estruturas de memórias e talvez diferentes estruturas neurais.

O que caracteriza a escrita do estudante surdo é o reflexo da sua L1, a partir da Língua de Sinais – LS o aluno vai desempenhar a escrita da L2, não apenas nos tópicos citados no parágrafo anterior, mas também na transposição da sua visão de mundo.

Analisaremos, a seguir, a escrita de 3 graduandos surdos da Universidade de Brasília matriculados na disciplina de Leitura e Produção de Textos Escritos em Português³. A análise será realizada mediante resposta à questão avaliativa de opinião **“No que se aplica ao ensino de Português como L2 para surdos, você acha que há diferença entre um profissional habilitado no ensino de Segunda Língua (L2) e um profissional de Primeira Língua (L1)?”**. Ao Apêndice deste trabalho é possível encontrar as respostas completas para a questão apresentada, nesta seção apresentaremos apenas fragmentos que possibilitem o leitor identificar pontos característicos da escrita surda. O trabalho de Sueli Fernandes, pesquisadora na área de Educação Bilíngue de Surdos, Estudos Surdos e Letramentos/Ensino de Português como Segunda Língua para Surdos, “Avaliação em Língua Portuguesa para Alunos Surdos: Algumas Considerações, foi modelo de referência para a análise feita por mim. A saber os tópicos analisados serão a) ortografia b) artigo c) elementos de ligação d) gênero e número e) verbos f) verbos de ligação g) flexão de tempo e h) organização sintática.

³ Os estudantes tiveram suas identidades mantidas em anônimas de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por eles. Ver em Apêndice.

a) ortografia: A ortografia na escrita dos surdos costuma ser o ponto que menos apresenta erros, pois, por serem visuais captam muito bem a forma. Os erros mais recorrentes relacionados à ortografia estão ligados à acentuação uma vez que esta não é visual e sim tonal.

*L2 é **apaptar** segunda **língua** [...]*

*[...] professor escreve quadro surdos **naõ** acompanha [...]*

b) artigo: Quando não omitidos, é comum apresentarem erros na utilização pois a utilização deste está intrinsicamente ligada ao uso do gênero que dentro da Libras é marcada pelo sinal de mulher/homem.

*[...] atrapalha # **interprete** tambem [...]*

*Eu ja estudei como L2 porque tinha **um** professora profissiona formou L2 e ensina bem como português.*

c) elementos de ligação: A ausência dos elementos de ligação é justificada porque na Libras muitos desses elementos não existem e quando existem é representado por um único sinal enquanto em Português Escrito há uma gama de possibilidades, por exemplo, a conjunção causal "porque" que pode ser substituída por "visto que", "uma vez que", "como", "posto", etc.

*A diferença # **L1** e **L2** como para os surdos [...]*

*[...] so surdo acaba tendo barreira, assim surdo # **prejuízo** [...]*

d) gênero e número: Do gênero é comum a ausência das desinências pois a distinção de sexo só é aplicada para se referir ou categorizar um ser. O gênero é utilizado em substantivos, adjetivos e pronomes para se referir a seres do sexo masculino ou feminino.

*Eu ja estudei como L2 porque tinha **um** professora profissiona [...]*

*[...] disciplina **primeiro lingua** L1 [...]*

Do número a ausência da desinência singular/plural é algo que é representado pela falta da concordância nominal que relaciona as palavras e faz a concordância com artigo, adjetivos, pronomes e numerais, e verbal que promove relação e concordância com o sujeito e o verbo. Na Libras essa representação é feita pelo sinal quantificador de "muito", pela repetição de um sinal ou pela integralização de um morfema de movimento (que abarca quantidade) a um sinal.

*L1 e L2 dois **são** muito **diferente** [...]*

[...] eu acho os surdos já estudou como L2, tem muita dificuldade incluir L1 e L2 [...]

e) verbos: Os verbos apresentam erro por meio da ausência da desinência modo-temporal (DMT), por causa da ausência da DMT os verbos costumam ser escritos na sua forma infinitiva, essa interferência da Libras para o processo escrito é justificada pela ausência de flexão modo-temporal na língua.

[...] as vezes os professores não ensinar muito bem como L2.

[...], mas o surdos não esta aprender muito bem [...]

f) verbos de ligação: Os erros apresentados, referentes aos verbos de ligação, se caracterizam na inexistência dos verbos para ligação entre dois termos na Libras. Existem na Libras sinais correspondentes a "ser", "estar" e "ficar", por exemplo, mas estes verbos não fazem a ligação entre os termos, pois na Libras, um estado, modo ou sentimento são representados através da incorporação desses verbos a um sinal existente.

Escola inclusão, mas # difícil porque # diferente a língua [...]

g) flexão de tempo: Como apresentado no item e) os verbos em Libras não possuem flexão modo-temporal. A representação de tempo e modo é feita pelos sinais Futuro, Presente e Passado, comumente realizados de forma precedente ao verbo. As representações da flexão temporal podem ser feitas através da estrutura da Libras para o Português Escrito (passado + estudar) ou pela troca dos tempos verbos, por exemplo, pretérito imperfeito ao invés de pretérito perfeito.

[...] porque surdos nasceu primeiro lingua de sinais.

[...], tempo depois mudou segunda lingua, eles ja aprendeu muito bem.

h) organização sintática: A Libras possui uma flexibilidade maior em organização sintática do que o Português Escrito, com isso é comum vermos outras estruturas frasais além da SVO na escrita de estudantes surdos. Isso porque o surdo costuma dar destaque para o termo mais importante da frase.

[...], disciplina primeiro lingua L1, mas o surdos não esta aprender muito bem [...]

O S V

[...] se continua inclusão precisa organizar bem, sala separar pois perde tempo [...]

O V

A proposta da análise era que fosse possível identificar as características da escrita dos estudantes surdos e fazerem-nos opinar no tipo de ensino que estes, como parte integradora da comunidade surda, pudessem dizer o que é o melhor. A proposta acabou trazendo relatos⁵ sobre inclusão e vivências passadas dos participantes em que é notável a necessidade de um professor preparado para o ensino de pessoas surdas. É importante salientar que o ensino do Português Escrito por um professor com metodologias adequadas, não exclui a necessidade deste profissional saber se comunicar minimamente com seu aprendiz, assim como não exclui a proposta de ensino bilíngue para a comunidade surda. "Obrigam um grupo a utilizar uma língua diferente da própria, mais que assegurar a unidade nacional, contribui para que estes grupos, vítimas de uma proibição, se segreguem cada vez mais da vida nacional" (UNESCO, 1954 apud SKLIAR, 1999, p.145).

3 O profissional de Primeira Língua (L1) e o profissional de Segunda Língua (L2)

A primeira língua (L1) é a língua inicial de uma pessoa, adquirida geralmente nos anos iniciais e de forma natural e espontânea dentro do seu contexto social, é comumente adquirida a partir da família e comunidade de fala em que a criança está inserida⁶.

Todo processo aquisitivo em novas línguas se dará a partir de uma língua já aprendida em que determinado indivíduo se desenvolveu. O saber linguístico adquirido a partir de uma L1 é a base para a aprendizagem de outra modalidade da língua assim como para a aprendizagem de uma nova língua. A capacidade de aprender uma nova língua pressupõe a internalização de uma L1 como vemos em Sacks, neurologista e escritor, (1990, p.102):

para isso, é fundamental a aquisição de uma língua numa idade "normal", no início da vida – essa primeira língua pode ser a de sinais ou a falada [...], pois é a *língua*, e não qualquer língua específica, que desperta a competência linguística e, com isso, também a competência intelectual.

A necessidade de aprendizagem de uma L2 pode ser definida por suas funções, a ser uma língua oficial de algum país em que o indivíduo está inserido, uma língua estrangeira utilizada apenas para viagens, língua auxiliar utilizada no auxílio de alguma ferramenta etc.

⁵ Os relatos e respostas completas podem ser lidos em Apêndice ao final deste trabalho.

⁶ No caso dos surdos, por vezes, essa L1 não é adquirida dentro do contexto familiar pois muitos pais surdos na tentativa de integrar o filho à cultura ouvinte não se comunicam com o filho em LS ou muitas famílias de ouvintes não aprendem a LS para interagirem com o filho surdo.

Para os Surdos a modalidade escrita é imprescindível para a inclusão deste na sociedade e é considerada também como língua de instrução, visto que a modalidade escrita não pode ser substituída pela Libras, como consentido pela Lei nº 10.436/2002 em parágrafo único.

Para aqueles que são estrangeiros em seu próprio país, o processo de aquisição de uma L2 aporta metodologias diferentes das do ensino de L1. O trabalho pedagógico de um profissional de L1 é voltado para o ensino da modalidade escrita em alunos que já se pressupõe terem o português brasileiro na modalidade oral, que advém da imersão numa cultura oral que difere dos demais alunos, neste caso, os alunos surdos. Ana Adelina, mestre e doutora pela Universidade de Brasília e atuante no ensino de línguas, diferencia o trabalho pedagógico dos profissionais de língua da seguinte forma:

O trabalho pedagógico com uma primeira língua não é o mesmo daquele voltado para uma língua que não é originariamente a do aprendiz, a começar pelo termo: não se ensina uma língua a quem já naturalmente a fala e que é o seu instrumento de comunicação e interação desde os primeiros “ruídos” linguísticos do bebê com a família. O que se trabalha, de modo formal ou não, na pedagogia de L1, são as estratégias que podem conduzir o aluno ao registro escrito, a cujo acesso a escola é a instituição, por excelência, garantidora. (RAMOS, A. A. L., 2017, p.20)

Enquanto para o profissional de L1 o perfil desejável é a habilidade de fazer com que o aluno desenvolva e faça uso da norma-padrão do português, fazendo distinção apenas dos registros e contextos, o profissional de L2 deve ter em seu perfil a habilidade de entender a cultura do outro e de ensinar a sua cultura, sem que esta seja imposta, além de reconhecer as peculiaridades do seu aluno. É necessário que o profissional de L2 além de ter métodos e técnicas adequadas para o ensino de L2, seja ela português oral ou escrito, tenha também um saber empático sobre o outro. O que diferencia o profissional de L1 e L2 não está voltado apenas para uma característica, mas sim conjuntos de conhecimentos culturais, metodológicos e linguísticos que constroem o perfil do profissional, como é possível observar no tópico a seguir com a análise curricular do graduando de PBSL e o graduando de Letras – Língua Portuguesa.

3.1 Análise Curricular: o que diferencia o profissional de PBSL do profissional de Língua Portuguesa

O curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL) nasce da necessidade não apenas de incluir aquele que não tem o Português Brasileiro como L1, mas da necessidade de se fazer pensar em uma educação por meio de políticas linguísticas que leve o profissional a pensar em metodologias compensatórias. Uma metodologia que crie meios alternativos de fazer o aprendiz se desenvolver com maior habilidade e presteza no idioma ou modalidade da língua almejada. Pensar o sujeito surdo no ensino de L2 requer abordagem e

metodologias que nem todo profissional possui, o currículo de PBSL se distingue do currículo de Letras – Língua Portuguesa neste sentido. A formação do profissional de PBSL se dá

por meio de um conjunto de disciplinas organizadas segundo o tipo de conhecimento a ser desenvolvido, a saber: conhecimento de linguística aplicada, fundamentais para a formação do pensamento científico de qualquer docente de língua (s); conhecimentos linguísticos teórico-práticos e de natureza contrastiva; conhecimento sobre políticas linguísticas e formas contemporâneas de linguagem; conhecimentos teóricos e práticos de natureza pedagógica; conhecimentos socioculturais do Brasil. (www.lip.unb.br/graduacao/cursos)

Em comparação da formação do profissional de Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura em que o perfil do egresso é constituído por:

O graduado se identifica pelas seguintes competências e habilidades: domínio do uso da língua portuguesa oral e escrita, reflexão analítica e crítica sobre a linguagem, visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, formação para o exercício profissional atualizado, percepção de diferentes contextos interculturais. (www.lip.unb.br/graduacao/cursos)

Analisaremos, a partir deste ponto, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de cada curso, ambos de 2014 e correspondente a habilitação Licenciatura. É importante mencionar que ambos PPCs estão em processo de reformulação para sua mais nova e aprimorada versão de 2022.

Pelos trechos citados anteriormente, retirados do domínio UnB, é possível notar que enquanto um dos cursos está voltado a pensar em práticas integradoras, o outro segue o modelo da educação regular. E, mesmo que o profissional como parte atuante do processo, seja ele de PBSL ou Língua Portuguesa, possa elaborar alternativas teóricas-metodológicas que o auxilie no processo de ensino-aprendizagem, é inegável que o profissional de PBSL é mais bem preparado na criação desses métodos pelo impacto direto e constante no fluxo curricular do curso. São 15 disciplinas obrigatórias que agem diretamente na modulação da capacidade criativa de um professor de L2, disciplinas⁷ como:

- Linguística aplicada ao ensino de português
- Fundamentos de aquisição de primeira e de segunda línguas
- Abordagens, métodos e técnicas no ensino de português como segunda língua

disciplinas estas fundamentais para a formação do pensamento científico de qualquer docente de língua(s);

- História da língua portuguesa e ensino de PBSL

⁷ As disciplinas apresentadas foram retiradas dos eixos citados e foram escolhidas por mim como graduanda do curso de PBSL em fase final, tendo, portanto, realizado todas elas me possibilitando conhecimento da prática pedagógica referente às disciplinas apresentadas.

que integra o eixo de disciplinas teórico-práticas e de natureza contrastiva;

- Política do idioma
- Problemas interculturais
- Introdução aos multimeios

disciplinas que contemplam políticas linguísticas, questões étnicas e formas contemporâneas de linguagem;

- Didática fundamental
- Fundamentos de desenvolvimento e aprendizagem
- Psicologia da educação
- Laboratório: resolução de problemas de leitura e de redação
- Laboratório: estratégias de uso da gramática
- Projeto: elaboração de multimeios

disciplinas que respondem pela formação da teoria e da prática pedagógicas.

- Projeto: elaboração de multimeios
- Estágio supervisionado 1 em PBSL
- Estágio supervisionado 2 em PBSL

Em cotejo dessas 15 disciplinas citadas, temos apenas 2 disciplinas no curso de Letras – Língua Portuguesa que possibilitam o profissional ao estímulo da criação de práticas teórico-metodológicas. São elas:

- Fundamentos de desenvolvimento e aprendizagem
- Didática fundamental

Enquanto os conteúdos transversais são trabalhados em disciplinas optativas ou de módulo livre a depender da vontade e da oferta de disciplinas na modalidade desejada.

Importante informar que todas as licenciaturas possuem em seu currículo a disciplina de Libras Básico com caráter obrigatório, em cumprimento ao Decreto nº 5.626/2005, e que as matérias de Libras Intermediário e Libras Avançado podem ser solicitadas por qualquer estudante, de qualquer curso, da Universidade de Brasília, mediante oferta. A universidade conta ainda com disciplinas optativas e de módulo livre, assim como a Semana Universitária

(SEMUNI) que possibilita ao estudante de qualquer curso construir seu perfil acadêmico/profissional.

A partir da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), abaixo, é possível ter dimensão das disciplinas que entram em concordância com os requisitos propostos.

A tabela abaixo foi elaborada em consonância com a BNC-Formação, das Competências Específicas p.13-14, e a grade curricular das disciplinas obrigatórias de cada curso. Em azul temos o campo dos componentes da BNC-Formação, na cor laranja os componentes curriculares do curso de PBSL e na cor verde os componentes curriculares do curso de Língua Portuguesa. É importante ressaltar que a elaboração da tabela foi idealizada de acordo com a metodologia de ensino adequados à L2 e pensadas num público-alvo diferente do ensino regular, e que a ementa de cada disciplina está na seção Apêndice ao final deste trabalho.

Tabela 1 – Quadro comparativo entre as disciplinas de PBSL e Língua Portuguesa seguindo a BNC-Formação e pensado na metodologia do ensino de L2

1.CONHECIMENTO PROFISSIONAL	DISCIPLINAS DO CURSO DE PBSL	DISCIPLINAS LETRAS PORTUGUESA	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	DISCIPLINAS DO CURSO DE PBSL	DISCIPLINAS LETRAS PORTUGUESA	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL	DISCIPLINAS DO CURSO DE PBSL	DISCIPLINAS LETRAS PORTUGUESA
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	Fundamentos de aquisição de primeira e de segunda línguas; Abordagens, métodos e técnicas no ensino de português como segunda língua		2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	Didática fundamental; Abordagens, métodos e técnicas no ensino de português como segunda língua; Introdução aos multimeios; Laboratório: estratégias de uso da gramática	Didática fundamental	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	Estágio supervisionado 1 em PBSL; Estágio supervisionado 2 em PBSL	
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	Problemas interculturais; Introdução aos multimeios		2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	Didática fundamental; Abordagens, métodos e técnicas no ensino de português como segunda língua; Introdução aos multimeios	Didática fundamental	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender	Didática fundamental; Fundamentos de desenvolvimento e aprendizagem; Variação linguística	Didática fundamental; Fundamentos de desenvolvimento e aprendizagem
1.3 Reconhecer os contextos	Didática fundamental	Didática fundamental	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	Didática fundamental; Abordagens, métodos e técnicas no ensino de português como segunda língua; Fundamentos de desenvolvimento e aprendizagem;	Fundamentos de desenvolvimento e aprendizagem	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos	Didática fundamental; Organização de Educação Brasileira	Didática fundamental; Organização de Educação Brasileira
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	Organização de Educação Brasileira	Organização de Educação Brasileira	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades	Didática fundamental; Abordagens, métodos e técnicas no ensino de português como segunda língua; Estágio supervisionado 1 em PBSL; Estágio supervisionado 2 em PBSL		3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade	SEMUNI	SEMUNI

Fonte: autora

Considerações Finais

As diferenças teóricas-metodológicas entre o profissional de L1 e L2 apresentadas neste trabalho visaram evidenciar o profissional mais preparado em comparação ao docente de Língua Portuguesa (L1) para o ensino da modalidade escrita para surdos. É importante tornar visível a diferença entre os profissionais citados para que se faça crescer uma proposta pedagógica que caiba a comunidade surda de forma a enxergá-los culturalmente diferentes e não cognitivamente incapazes. O déficit biológico dos agentes surdos não os impede de adquirir língua, mas sim de desenvolverem a habilidade oral. É a ausência desta habilidade que os fazem únicos em língua e cultura, e plurais em suas diversas identidades.

A análise da produção escrita dos alunos participantes da pesquisa apresenta as especificidades da escrita e nos mostrou, em relatos pessoais, que há a necessidade de um profissional mais adequado ao ensino da L2, assim como a análise do currículo dos profissionais evidenciaram a diferença na formação dos graduandos dos cursos mencionados.

É importante trazer a reflexão sobre o profissional mais preparado não apenas para o ambiente academicista de nível superior, mas na educação como um todo, deve-se, a partir do sujeito pensar em pressupostos teóricos-metodológicos para o ensino e então a partir do professor executar, criar e se reinventar na atuação docente. O ensino para sujeitos surdos não é feito a partir de adaptações do mundo não surdo mas sim da dependência do seu próprio mundo. A educação de diferentes não deve ser a assimilação, mas sim a construção em busca do próprio, pensada com eles e para eles.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras [...].** Presidência da República [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 de set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 28 de set. 2022.

FERNANDES, Sueli. **Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações**. Paraná. Secretaria de Estado da Educação, 2007.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Diretoria de Estatísticas Educacionais - Deed. **Censo da Educação Superior 2018: Divulgação dos resultados**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf. Acesso em: 08 de out. 2022.

_____. Diretoria de Estatísticas Educacionais - Deed. **Censo da Educação Superior 2020: Divulgação dos resultados**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: Acesso em: https://ifg.edu.br/attachments/article/1462/Censo%20Superior%202020_17%2002%202022%20-%20Final%2011h00min.pdf. 08 de out. 2022.

_____. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2015. 2. ed.** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em: 08 de out. 2022.

_____. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2016.** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 08 de out. 2022.

_____. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2017 (recurso eletrônico)**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf. Acesso em: 08 de out. 2022.

_____. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2019 (recurso eletrônico)**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 08 de out. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Conselho Nacional de Educação [2019]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 05 de out. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Evolução da Educação Especial no Brasil**. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dadosed.pdf>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

RAMOS, A. A. L. **Princípios teórico-metodológicos em práticas pedagógicas de português como Língua Adicional – PBLA.** In: Silva, F. Cordelia (Org.). O que a distância revela Vol. IV: Diálogos em Português Brasileiro como Língua Adicional. Brasília: FUB/UAB, 2017.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autentica, 1998.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos.** Florianópolis. 2009.

STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – Instituto de Letras. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva (Diurno).** Brasília, 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – Instituto de Letras. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua (Diurno).** Brasília, 2014.

ANEXOS

ANEXO A – BNC-Formação

ANEXO

BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO)

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade

APENDICE

APENDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa explicar o motivo e não haverá nenhum tipo de punição por isso, basta selecionar a opção correspondente no final deste termo.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente ao final. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, e possíveis benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso “**LEITURA E ESCRITA ACADÊMICA: A atuação do profissional de PBSL no ensino de estudantes surdos**” cujo objetivo é “**Defender a importância do profissional de PBSL no processo de ensino para estudantes surdos do Ensino Superior**” elaborado pela estudante Mariana Santos, graduanda do curso Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), sob orientação da professora Cristiane Nascimento. Para ter uma cópia deste TCLE você deverá solicitá-lo à pesquisadora do estudo a qualquer momento pelo e-mail registrado no final deste termo.

METODOLOGIA

A pesquisa será realizada por meio da análise da escrita nas atividades empregadas pela professora Cristiane na disciplina de Leitura e Produção de Textos Escritos em Português 3 oferecida pela Universidade de Brasília e/ou pela análise da escrita na resposta da questão que se seguirá ao final deste documento. A pesquisadora e orientadora garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo.

Caso decida desistir da pesquisa você tem até o dia 19/09/2022 para interromper sua participação e sair do estudo, sem nenhuma restrição ou punição, basta informar a pesquisadora ou a orientadora.

Ao participar desta pesquisa você ajudará a identificar o profissional adequado no ensino de L2, na modalidade escrita para os alunos surdos, incitando o estímulo à educação correta para o desenvolvimento do aluno respeitando sua singularidade e cultura.

DEVOLUTIVA

Caso você queira ter acesso ao Trabalho de Conclusão de Curso em seu estado final ele estará disponível no Repositório Institucional da UnB (RIUnB).

Para contatar a idealizadora da pesquisa, você poderá enviar um e-mail a qualquer momento:

Mariana Santos | santoriana96@gmail.com

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu concordo em participar voluntariamente do presente estudo. A pesquisadora me informou sobre a metodologia da pesquisa, o que será analisado, e os possíveis benefícios envolvidos na minha participação, entre outros. A pesquisadora garantiu que eu poderei sair da pesquisa, até o dia 19/09/2022, sem dar nenhuma explicação e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade.

Fui informado também que caso queira minha cópia do TCLE devo solicitar uma versão dele via e-mail para a pesquisadora.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

QUESTÃO AVALIATIVA DE OPINIÃO

No que se aplica ao ensino de Português como L2 para surdos, você acha que há diferença entre um profissional habilitado no ensino de Segunda Língua (L2) e um profissional de Primeira Língua (L1)?

APENDICE B – Produção escrita dos estudantes surdos da Universidade de Brasília

Produção 1

A diferença L1 e L2 como para os surdos, o que eu acho os surdos já estudou como L2, tem muita dificuldade incluir L1 e L2 as vezes os professores não ensinam muito bem como L2.
Eu já estudei como L2 porque tinha um professora profissional fofa L2 e ensina bem como português.

Produção 2

Eu estudava ensino médio, disciplina primeiro língua L1, mas os surdos não está aprender muito bem. tempo depois mudou segunda língua, eles já aprendeu muito bem.
L1 e L2 dois são muito diferente, L1 é como mais pesado, L2 é aprender segunda língua, porque surdos nasceu primeira língua de sinais.

Produção 3

Exata inclusão, mas difícil porque diferente a língua, se continua inclusão precisa organizar bem, sala separar pois perde tempo, porque não atenção do surdo acaba tendo barulho, assim surdo prejudica a professora também exemplo professor escreve quadro surdos não acompanha no interpreti atenção para mim melhor separar sala.

APENDICE D – Ementas⁸

Fundamentos de aquisição de primeira e de segunda línguas	Nesta disciplina estuda-se as teorias de aquisição de primeira e de segunda língua, os estágios da aquisição de linguagem em primeira língua e os estudos sobre o papel da primeira língua na aquisição da segunda língua.
Abordagens, métodos e técnicas no ensino de português como segunda língua	As teorias linguísticas e abordagens no ensino de português como segunda língua, bem como a caracterização, tipologia e estatuto teórico de métodos no ensino de português L2. A tipologia de técnicas utilizadas na aprendizagem formal do português como segunda língua, as abordagens e os métodos subjacentes na produção de materiais instrucionais para o ensino de português como segunda língua.
Problemas interculturais	Os aspectos interculturais relevantes na aprendizagem de segunda língua: a noção de referência cultural e adequação de usos, a língua em contexto nacional e em contexto estrangeiro, e também as atitudes linguísticas em culturas próximas e distantes.
Introdução aos multimeios	O papel da tecnologia no ensino de línguas e a análise crítica do uso de multimeios no ensino do português como segunda língua, bem como a preparação de material didático-pedagógico.
Organização de Educação Brasileira	O Estado, Educação-Sociedade, a visão histórico-legal da educação brasileira: educação e as esferas do poder público níveis e modalidades de ensino financiamento, gestão avaliação e formação de profissionais da educação.
Didática fundamental	A Análise das concepções da cultura e do desenvolvimento histórico da Didática nas diferentes tendências educacionais e pedagógicas no Brasil. Inserção da prática educativa como parte da prática social da linguagem, articulando conhecimento e aprendizagem, também, as características político-sociais da instituição escolar no contexto socioeconômico e cultural brasileiro. Relação docente-discente como forma de reflexão crítica e de reconstrução dos saberes da docência e do olhar inclusivo no espaço escolar,

⁸ O fluxo e ementas tanto do curso de PBSL quanto de Letras – Língua Portuguesa pode ser encontrado dentro da plataforma Sigaa.

	e por último, e não menos importante, a função mediadora do professor e o horizonte ético do trabalho.
Laboratório: estratégias de uso da gramática	A concepção de gramática, o conceito de níveis de fala e de norma padrão. A gramática no ensino do português como segunda língua. Características tipológicas da língua portuguesa em contraste com outras línguas naturais e aplicações das teorias ao ensino.
Fundamentos de desenvolvimento e aprendizagem	A contextualização histórica das relações entre Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem nos diferentes contextos educacionais. As dimensões afetivo-emocional, social e cognitiva do desenvolvimento psicológico, e suas inter-relações com a aprendizagem: fundamentos e dinâmicas. Desenvolvimento humano, processos de ensino-aprendizagem e as dimensões sociopolíticas da escola na contemporaneidade. Questões relacionadas aos Direitos Humanos e à cidadania no processo de desenvolvimento e aprendizagem no contexto da educação assim como os aspectos éticos e políticos na formação de educadores.
Estágio supervisionado 1 em PBSL	A observação das práticas de ensino de português como segunda língua: o diagnóstico, as competências e habilidades, os objetivos e materiais didáticos, as atividades de ensino e de aprendizagem, o planejamento de curso e a avaliação.
Estágio supervisionado 2 em PBSL	A prática de ensino, a elaboração de plano de aula, o preparo de material didático a ser usado na regência de classe. Acompanhamento e avaliação do desempenho do estagiário
SEMUNI	A Semana Universitária da UnB é um Programa anual, organizado pelo Decanato de Extensão e com realização pela Universidade de Brasília. É um programa composto por centenas de atividades propostas pelas unidades acadêmicas, centros e hospitais da Universidade. Trata-se de um grande encontro, onde a comunidade interna e externa da Instituição pode conhecer melhor os cursos e a produção acadêmica e cultural da UnB.